

cluindo, observou que a candidata freqüentemente se aproveitou de idéias que lhe não eram próprias, sem ao menos citar os seus autores.

ALDO JANOTTI.

---

**DEFESA DE TESE APRESENTADA AO DOUTORAMENTO NA CADEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA E HISTÓRIA DAS DOCTRINAS ECONÓMICAS DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO PELO LICENCIADO HÉLIO SCHLITTLER SILVA.**

O Licenciado Hélio Schlittler Silva, 1.º assistente da Cadeira de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, defendeu no dia 22 de junho de 1951 a dissertação com que se apresentou ao Doutorado, intitulada **O Comércio Exterior do Brasil (1822-1918)**. Transcrevem-se a seguir o sumário e as conclusões desse trabalho.

**I N D I C E**

**INTRODUÇÃO**

Apresentação do assunto  
Limitação do assunto  
Plano de trabalho

**CAPÍTULO I — O COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL  
NO SÉCULO XIX.**

Secção I — A política comercial brasileira

A — A fase liberal (1822-1844)  
B — As tentativas protecionistas (1844-99)

Secção II — O comércio exterior do Brasil

§ 1.º — A composição da exportação e da importação.  
§ 2.º — A distribuição da exportação e da importação.  
§ 3.º — O balanço de pagamentos e o câmbio.

Resumo.

**CAPÍTULO II — O COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL  
NO PERÍODO DE 1900-1914**

Secção I — A política comercial brasileira

§ 1.º — A tarifa aduaneira  
§ 2.º — A política cafeeira

Secção II — O comércio exterior do Brasil

§ 1.º — O movimento da exportação e da importação. O balanço de pagamentos e o câmbio.

- § 2.º — A composição da exportação e da importação.
- § 3.º — A distribuição da exportação e da importação.

Resumo.

### CAPÍTULO III — O COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL NO PERÍODO DA 1.ª GUERRA MUNDIAL

#### Secção I — A política comercial brasileira

- § 1.º — A tarifa aduaneira
- § 2.º — A política cafeeira
- § 3.º — A intervenção direta do Estado no comércio internacional.

#### Secção II — O comércio exterior do Brasil

- § 1.º — O movimento da exportação e da importação. O balanço dos pagamentos e o câmbio.
- § 2.º — A composição da exportação e da importação
- § 3.º — A distribuição da exportação e da importação.

Resumo.

CONCLUSÕES GERAIS  
BIBLIOGRAFIA  
ANEXOS.

## CONCLUSÕES

As conclusões gerais a que nos conduziu o presente estudo da evolução do Comércio Exterior do Brasil até o fim da 1.ª Guerra Mundial, assim se resumem:

1 — **Política Aduaneira:** — A política aduaneira no Brasil, caracterizou-se pelo seu objetivo predominantemente fiscal, uma vez que a arrecadação alfandegária constituía a principal fonte da receita pública. A preocupação protecionista, embora crescente principalmente a partir da proclamação da República, sempre ocupou um lugar secundário na elaboração da pauta aduaneira. Não se pode afirmar, porém, que a política aduaneira em nosso país, tenha sido sempre um fator negativo na evolução da Economia Nacional, pois, a tarifa Murinho (1900), não obstante sua finalidade fiscal, constituindo-se de direitos elevadíssimos, atenuou a concorrência estrangeira em vários setores de atividades, sobretudo no campo industrial, contribuindo decisivamente para o seu desenvolvimento.

2 — **Composição da exportação e da importação:** — A exportação brasileira constituiu-se sempre de gêneros alimentícios e matérias primas, em sua maior parte de origem agrícola, enviados para o exterior em estado bruto ou tendo sofrido um processo muito elementar de transformação. Além disso, esteve até 1914 altamente concentrada nos oito produtos principais, que representavam cerca de 95% do valor total da exportação, e principalmente no café, responsável por mais da metade daquele valor. A guerra de 1914-18, entretanto, ocasionando grandes variações na procura mundial, favoreceu a diversificação da exportação, na qual passou a participar com proporções apre-

ciáveis uma série variada de mercadorias, algumas de reduzida expressão comercial até as vésperas do conflito, outras inteiramente novas, entre elas várias importadas pelo Brasil até 1914.

A importação, constituída em sua maior parte de manufaturas, forneceu ao Brasil até fins do século passado, quase todos os artigos necessários ao consumo, inclusive gêneros alimentícios que se podia produzir no país, pois achando-se a economia nacional altamente orientada para a produção de bens exportáveis, era reduzidíssima a produção de artigos destinados ao mercado interno. Vários fatores contribuíram para essa situação, podendo-se destacar entre eles a falta de uma proteção aduaneira adequada, a precariedade dos transportes internos e a escassez de capitais e de mão-de-obra, que colocavam os produtos nacionais em situação bastante desfavorável na luta contra a concorrência estrangeira, dentro do próprio mercado interno. Todavia, nas duas primeiras décadas do século XX, a tarifa alfandegária de 1900 e as dificuldades criadas à importação pela 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial, modificaram aquela situação, enquanto os consideráveis investimentos de capitais estrangeiros no país, entre 1905 e 1913, forneceram os recursos necessários ao equipamento da produção e dos transportes nacionais. Em consequência, desenvolveu-se e diversificou-se a produção agrícola e industrial, principalmente durante a guerra, que passou a atender em escala crescente as necessidades internas de bens de consumo. A composição da importação sofreu então grandes transformações, declinando a importância dos artigos de consumo, enquanto aumentou a dos equipamentos e matérias primas destinados a fabricar aqueles artigos dentro das fronteiras nacionais.

Entre 1900 a 1918 operaram-se, portanto, grandes transformações na composição do comércio exterior do Brasil, que indicam o início da passagem de uma economia puramente agrícola e quase-monocultora, altamente dependente do comércio internacional, para uma economia industrial e policultora, tendo em vista também o mercado interno; que indicam, por conseguinte, o início do abandono progressivo do "papel colonial" da Economia Brasileira, que se intensificaria mais tarde como resultado da depressão econômica mundial de 1929-33 e da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial.

3 — **Distribuição da exportação e da importação:** — Especializando-se o Brasil na exportação de artigos primários e destinados, em sua maior parte, ao consumo ou a transformação nos grandes países industriais, onde obtinha em troca o grosso de sua importação, o seu comércio internacional tornou-se fortemente concentrado em um número pequeno de países, notadamente no setor da exportação. Essa situação atenuou-se sensivelmente, porém, entre o primeiro quartel do século XIX e o início da 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial, à medida que a industrialização da América do Norte e dos países europeus, abriu novos mercados e fontes de abastecimentos para o Brasil. O fato mais significativo dessa evolução foi o enfraquecimento progressivo da posição da Grã Bretanha em nosso intercâmbio comercial externo, em proveito principalmente dos Estados Unidos, que durante a guerra de 1914-18 transformaram-se na primeira nação daquele intercâmbio, quer como mercado para os produtos de exportação, quer como fonte de abastecimentos de artigos manufaturados, posição que manteria e consolidaria no após guerra, como veremos na segunda parte deste estudo. A 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial constituiu, desse modo, um fator de grande importância para a aproximação das duas maiores nações americanas, muito contribuindo para acelerar o desenvolvimento do pan-americanismo econômico.

4 — **O balanço de pagamentos:** — O balanço de pagamentos internacionais do Brasil, apresentou uma tendência persistente para o desequilíbrio. Até 1861, todos os elementos do balanço de rendimentos foram deficitários, e o equilíbrio de nossas contas internacionais esteve na dependência da entrada regular de vultosos capitais estrangeiros. Sempre que esta se paralizava ou di-

minuía o seu ritmo, o que geralmente acontecia em épocas de crises económicas, de anormalidade política ou de inflação, aquêlê equilibrio ficava sèriamente comprometido, obrigando o govêrno brasileiro a recorrer freqüentemente aos empréstimos externos afim de liquidar os compromissos internacionais do país. A partir de 1862, passamos a contar com saldos elevados no balanço comercial. Estes saldos foram, porém, geralmente insuficientes para cobrir as despesas crescentes com o serviço da dívida externa, os rendimentos de capitais estrangeiros aqui investidos, a remessa de imigrantes, e outros itens do balanço de rendimentos, de modo que êste balanço se manteve deficitário. Além disso, os saldos do balanço comercial reduziãem-se acentuadamente durante as crises económicas, quando a exportação — baseada em artigos primários, que estão sujeitos a violentas flutuações de preços, como resultado da inelasticidade de sua oferta e procura — contraia-se intensamente, em consequência da queda da procura estrangeira e da baixa de preços. Retraindo-se, na mesma conjuntura, os investimentos de capitais estrangeiros no país, continuaram a manifestar-se ciclicamente os desequilibrios do balanço de pagamentos; e, como resultado, o govêrno brasileiro continuou recorrendo ao empréstimo externo, e, na falta dêste, à suspensão do serviço da dívida externa (1898 e 1914), como meio de regularizar as contas internacionais do país e aliviar a pressão no mercado cambial.

5 — **A taxa do câmbio:** — Os freqüentes desequilibrios do nosso balanço de pagamentos internacionais, tiveram repercussões desastrosas sôbre o valor da moeda brasileira, impedindo-a de manter-se em regime de padrão-ouro, e impondo-lhe uma tendência persistente para a desvalorização; a taxa do câmbio, com excepção de alguns períodos de recuperação parcial, entre os quais o mais significativo foi o de 1898-1912, elevou-se sempre, através de amplas flutuações, apresentando no quinquênio de 1915-19, um aumento de 200% sôbre a média do século de 1821-30.

6 — **A aplicação da teoria clássica do comércio internacional ao caso brasileiro:** — A teoria clássica do comércio internacional, baseada no "equilibrio automático do balanço de pagamentos", elaborada conforme a experiência dos grandes países industriais, sobretudo a da Inglaterra, e que teve grande aceitação até 1914, mostrou-se insuficiente para explicar os fenômenos do comércio exterior do Brasil até a 1.ª Guerra Mundial. Isso porque, a Economia Brasileira apresentava condições estruturais especiais, que condicionavam características da procura e da oferta de seus produtos no mercado mundial, bem como dos demais elementos de seu balanço de pagamentos, incompatíveis com a existência do padrão-ouro e as condições de equilibrio em que se alicerçava a teoria.

\*  
\*  
\*

A dissertação foi discutida por banca examinadora composta dos professores Paul Hugon (presidente), Alfredo Ellis Júnior, Roger Bastide, Eduardo Alcântara de Oliveira, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e do dr. Rômulo de Almeida, assessor-técnico da Presidência da República. A seguir indicam-se, muito resumidamente, os principais pontos discutidos.

**Prof. Alfredo Ellis Jr.** — Afirma não se tratar de tese, mas sim de monografia, de caráter descritivo, na qual não se dá a importância que era de se esperar ao aspecto explicativo dos fenômenos estudados, sendo não obstante trabalho de alto mérito, revelando grande esforço de coletânea e uma paciência de Job. Lamenta não encontrar referências ao trabalho em quinze volumes de Taunay sôbre a História do Café, em cujo vol. III se encontram abordados assuntos também presentes na dissertação. Referindo-se à idéia do prof. Gudin sôbre as "economias reflexas", declara extranhar que o candidato não tenha explorado mais longamente êsse aspecto do problema, tratando tam-

bém da influência inversa daquela a que se limita a noção do prof. Gudín, isto é, da influência das "economias reflexas" sobre as "economias leader". É como exemplo de semelhante influência, inversa da que é geralmente considerada na teoria econômica, cita o papel desempenhado pelo ouro do Brasil no surto algodoeiro dos Estados Unidos, o que foi resultado da incorporação desse ouro na economia da Grã-Bretanha. Em seguida faz várias considerações acerca da influência do comércio internacional sobre a vida política, exemplificando com episódios da história do Brasil ("a guerra do Paraguai foi ganha pelo café do vale do Paraíba", etc.). Lamenta encontrarem-se ausentes do trabalho do candidato referências a influências exercidas pelo comércio exterior do café sobre a política do Brasil. Por outro lado, também deviam ter sido tomados em consideração certos desenvolvimentos de ordem técnica e econômica, no interior do país e também no exterior, os quais poderiam explicar em grande parte certas fases da evolução do comércio exterior do Brasil no século XIX, como por exemplo o custo dos transportes, etc., e ainda o abastecimento do custo dos fretes marítimos, em resultado da navegação a vapor, a abertura do Canal de Suez, etc.

**Candidato.** — Responde afirmando que, como era do conhecimento do examinador, em consequência do prazo fixado pelo Conselho Técnico da Faculdade, não pode apresentar todo o trabalho que tinha em preparação. A dissertação apresentada é apenas parte daquele trabalho, exatamente a parte descritiva, em que, como afirmava na introdução, pretende apontar as características e tendências fundamentais do comércio exterior do Brasil desde o fim do primeiro quartel do século XIX. O trabalho de interpretação das causas e consequências dessa evolução, feita à luz da teoria do comércio internacional seria objeto do último capítulo da segunda parte do seu trabalho, a ser apresentado oportunamente. Mas já nesta dissertação, no seu primeiro capítulo, se encontra algo de interpretativo. Assim, procurou nesse capítulo explicar a razão de ser da orientação livre-cambista no século XIX (receita pública alimentada pelos direitos alfandegários) e as causas do persistente déficit do valor comercial do Brasil até 1860. Procurou, ainda, explicar as flutuações do balanço de pagamentos e da taxa cambial em função das características apontadas anteriormente. E aponta também a incapacidade da teoria clássica do comércio internacional para explicar a tendência do comércio exterior do Brasil no século XIX. Dêsse modo a dissertação apresentada não era apenas descritiva. Referindo-se à idéia do prof. Gudín, relativa às "economias reflexas", a que se referia em seu trabalho, esclareceu que ela tinha um sentido diverso daquele considerado pelo examinador, pois aplicava-se apenas às flutuações econômicas sofridas pela economia brasileira durante as fases do ciclo econômico. Com referência ao século XIX teve que se limitar a mostrar apenas as tendências e as características fundamentais do comércio exterior do Brasil, por falta de muitos dados básicos, como os relativos aos preços de exportação e importação que lhe permitiriam determinar os "terms of trade", etc. Finalmente, afirma que na revisão do seu trabalho procuraria considerar a influência dos desenvolvimentos políticos e econômicos sobre o comércio exterior do Brasil indicados pelo prof. Ellis, não obstante o caráter histórico desse trabalho.

**Dr. Rômulo de Almeida.** — Depois de afirmar que o trabalho que tem em mãos constitui um índice da maturidade científica da Universidade de São Paulo, faz as seguintes observações: 1) A dissertação apresenta-se com um propósito muito ambicioso que talvez não seja atingido desde já, mas de qualquer modo constitui um trabalho definitivo para a história econômica do Brasil. 2) A técnica usada no tratamento dos dados numéricos aproxima-se da modelar, usando de maneira inteiramente correta os "terms of trade" e não confundindo índices de preços de importação com preço de tonelada média, e o "quantum" com a tonelagem exportada e importada. O trabalho constitui

um reconhecimento preliminar do comércio exterior do Brasil, importante para levantar o véu de nebulosidade que cobre a história econômica deste país; dirigindo-se ao candidato e ao prof. Hugon (sob cuja orientação a dissertação foi preparada), salienta a necessidade de ser ultimada a segunda parte do trabalho apresentado que viria esclarecer uma série de pontos obscuros de nossas relações econômicas internacionais. 3) Adverte, no entanto, não haver a dissertação atingido plenamente o seu propósito, o que em grande parte resulta inevitavelmente da escassez de dados disponíveis. 4) Lamenta não haver sido dado o relevo devido às repercussões desfavoráveis do fenômeno Independência no desenvolvimento do comércio exterior do Brasil, resultantes de constituir então Portugal um entreposto para a distribuição de produtos do Brasil na Europa e, em especial, na Espanha. Outras influências negligenciadas são as da campanha contra a escravatura e o término desta e da importância do tráfico de escravos como importação que deveria ter contrapartida em exportações de mercadorias. 5) Diz discordar da interpretação dada à Pauta Alves Branco (1844). Considera-a como um ato de rebeldia mental contra a orientação livre-cambista vinda de fora, não obstante ter essa pauta alguma intenção protecionista; e também como possuindo um objetivo de represália, pois a Inglaterra, efetivamente, só depois de 1862 adotou de fato uma orientação livre-cambista, embora desde muito antes a recomendasse para uso dos outros. É mesmo depois de 1862, a Inglaterra tributava interiormente de maneira muito pesada os produtos coloniais. 6) Com referência à Tarifa Murinho, afirma haver na política financeira de Campos Sales um equívoco e uma coincidência. Um equívoco porque desestimulando a tarifa a expansão dos cafezais e outras culturas de exportação, daí resultou um impulso no surto de desenvolvimento interno, pela diminuição da margem, em resultado daquela tarifa, entre custo e preço de venda, em cruzeiros. Uma coincidência porque com o surto da borracha e do cacau que então atingiam preços elevadíssimos graças à industrialização da Europa.

**Candidato.** — Afirma não desconhecer a importância das repercussões da Independência, da campanha contra a escravatura e do tráfico africano sobre o comércio exterior do Brasil, no século XIX. Como já tinha, porém, assinado ao prof. Ellis, no capítulo em que estudou o comércio exterior do Brasil no século XIX, não se preocupou com pormenores mas apenas procurou indicar as linhas gerais do seu desenvolvimento naquele século, afim de facilitar a compreensão do mesmo fenômeno no século XX. Com relação ao apelo feito no sentido de ser ultimada a segunda parte da dissertação apresentada, disse que tinha o prazer de comunicar que a mesma já ia bastante adiantada e estaria concluída dentro de poucos meses. No caso da Tarifa Murinho (recorda ter acentuado não haver sido a Tarifa Murinho uma tarifa protecionista), reafirma ter sido ela, em virtude dos direitos elevados, um fator importante no desenvolvimento da indústria no Brasil, no século XIX, pois os bens de produção foram menos atingidos (10 a 20%) do que os bens de consumo (50 a 80%) na pauta de importação. Na época houve grande elevação do custo da vida, em consequência da elevação dos custos de importação, o que se pode tomar como confirmação da influência da Tarifa Murinho no sentido de atenuar a concorrência estrangeira. Quanto ao desestímulo das exportações de café afirma que não se verificou tal consequência. Ao contrário, a exportação de café aumentou consideravelmente em volume, como consequência da queda de preços causada pela super-produção do produto, e que não fôra compensada pela revalorização cambial. Sem dúvida, o surto da borracha e do cacau muito favoreceram o desenvolvimento da economia do país; o fator mais importante foi, porém, a grande entrada de capitais estrangeiros, propiciada pelo saneamento financeiro e monetário realizado por Campos Sales.

**Prof. Roger Bastide.** 1) Indica a conveniência de um pequeno capítulo em que se ressaltasse a oposição entre o comércio do Brasil independente e do

Brasil colonial. 2) Lamenta a falta de dados que mostrem a influência da Tarifa Murtinho no desenvolvimento da agricultura do Brasil. 3) Refere a pequena discriminação no balanço de serviços, não apresentando estatísticas relativas aos diversos itens desse balanço. 4) Não foi tomada em conta a influência da diversidade geográfica e dos núcleos de emigração no desenvolvimento do comércio internacional. 5) Seria de grande importância que fosse estudada também a distribuição do comércio por estados ou regiões do país. Insiste na falsidade dos dados numéricos, quando tomados só por si. Assim, atrás dos números que revelam o progresso da exportação muitas vezes encontra-se a miséria e o baixo padrão de vida das populações, que por um lado permite essas exportações, mas por outro impede o desenvolvimento de um mercado interno. No caso presente, não tem a exportação carreado para o estrangeiro, juntamente com os produtos, a fertilidade das terras brasileiras, causando sérios prejuízos à economia do país?

**Candidato.** — 1) Não realizou estudo comparativo entre o comércio do Brasil independente e o Brasil colonial, uma vez que, como indica na introdução, o capítulo em que estuda o comércio exterior do Brasil no século XIX tinha por objetivo apenas indicar as tendências gerais daquele comércio. 2) Afirma que não apresentou dados estatísticos relativos à produção agrícola, indicativos da influência da tarifa Murtinho sobre a agricultura brasileira, porque esses dados não existem para o comércio desse século. Assinala entretanto que, como indicava em seu trabalho, após a adoção dessa tarifa caiu a importância relativa e o volume de uma série de mercadorias que eram importadas, o que, indiretamente, mostra a influência exercida sobre o desenvolvimento da agricultura. 3) Há uma falta completa de dados sobre o balanço de pagamentos no século XIX. 4) Reconhece a importância da distribuição do comércio pelas várias regiões do país. Não inclui, porém, o seu estudo no presente trabalho porque achou necessário fazer uma limitação no assunto estudado. Já havia porém colhido dados para a realização daquele estudo, em separado. 5) Refere-se à dificuldade do tratamento numérico dessa questão e explica como os "terms of trade" permitem medir as "vantagens" (sob um certo ponto de vista) derivadas do comércio internacional por um certo país.

**Prof. Eduardo Alcântara de Oliveira.** — Critica em primeiro lugar a indevida limitação no tempo do trabalho (levando o candidato a extrapolar no futuro) e exemplifica os inconvenientes dessa limitação. Diz considerar deficiente a utilização do método estatístico, apontando algumas imprecisões numéricas. Afirma que o índice de concentração do comércio externo que foi usado não é satisfatório, porque não é independente do nível absoluto dos valores. Além disso, a medida da concentração deveria ter sido tomada em relação aos mesmos países, na importação e na exportação. Considera que deveria ter sido tomada em conta a influência da população sobre o comércio exterior, pois que toda vez que aumenta a população, aumenta a procura de bens de produção mais do que a procura de bens de consumo. Aponta alguns conceitos econômicos citados de maneira imprecisa (como a distinção entre tarifa alfandegária e tarifa fiscal, que não é mantida ao longo do trabalho).

**Candidato.** — Aceita as observações sobre a utilização do método estatístico, mas observa que o índice de concentração que usou é o mesmo que se encontra em publicações de grande responsabilidade científica, como as dos serviços econômicos da extinta S.D.N. e da O.N.U. e do Fundo Monetário Internacional. Esclarece a distinção que faz entre tarifa alfandegária e tarifa fiscal e adianta que na revisão daquele trabalho, bem como na segunda parte do mesmo que tem em preparação iria considerar as influências recíprocas do comércio exterior e da população.

**Prof. Paul Hugon.** — Depois de se referir à difícil posição do professor que, depois de encaminhar durante muitos anos a elaboração de uma disser-

tação, se vê obrigado a tomar parte na sua crítica, formula algumas objeções. Quanto à bibliografia, lamenta a falta de referências a artigos de revistas científicas internacionais (1) e de uma classificação de acordo com os assuntos discutidos no texto. Aponta a falta de referências a obras tão importantes como as de Gide e Rist, Oulès e Pèroux e outros (2), também Aftalion é citado em obra muito antiga. Em seguida censura com veemência o candidato por não haver sabido por em destaque a enorme importância e oportunidade do seu trabalho, o qual, partindo do marco zero, dá informações indispensáveis não só ao conhecimento atual do comércio exterior do Brasil, como à aferição das correntes modernas de interpretação teórica do comércio internacional. Traça, numa rápida e luminosa síntese, as dificuldades sucessivamente enfrentadas pela teoria clássica dos custos comparados e os esforços teóricos desenvolvidos para as superar, enumerando as principais contribuições a registrar nesse sentido. Recorda que o pensamento moderno anglo-saxônico sobre o comércio internacional tem incontestavelmente como mestre a Aftalion e refere-se ao caráter monetário dos desequilíbrios contemporâneos do comércio internacional. Revela o seu cepticismo sobre as idéias teóricas que se encontram na base da noção, do prof. Gudin, de "economias reflexas" e "economias leader", noção que o candidato, no seu trabalho, aceita e com a qual pretende explicar certas características da evolução do balanço de pagamentos do Brasil. E afirma que os resultados de trabalho muito recente do prof. Pèroux (*Esquisse d'une théorie de l'Économie dominante. "Économie Appliquée", 1948*), permitem, pelo menos, duvidar da fecundidade daquela noção. É indispensável, diz o prof. Hugon, procurar fazer a aplicação das contribuições modernas para a teoria do comércio internacional à economia do Brasil, aplicação que até agora tem sido impossível por faltarem de maneira completa dados concretos. Dados que nos são oferecidos pela primeira vez no trabalho do candidato, que desse modo presta um grande serviço à causa do conhecimento da estrutura econômica do Brasil. Afirmou, ainda, a sua convicção de se justificar por si só o trabalho que estava sendo discutido, independentemente da segunda parte em preparação (referente ao período posterior à 1.ª Guerra Mundial, até à atualidade) e do capítulo final de interpretação e análise teórica dos resultados encontrados. A utilidade do conhecimento do comércio internacional do Brasil, nos seus antecedentes próximos, que este trabalho permite, justifica de maneira plena a sua apresentação, independentemente da análise teórica final.

Depois de pronunciar palavras de aprêço pelo candidato e de grande louvor ao seu esforço profícuo, o Presidente encerrou a sessão.

O Licenciado Hélio Schlittler Silva foi aprovado com a média final de 8,7 — o que lhe confere o título de **Doutor em Ciências** pela Universidade de São Paulo.

#### NUNO FIDELINO DE FIGUEIREDO.

- (1). — Indicados entre outros: Williams, *The theory of international trade reconsidered*, in "Economic Journal", junho, 1929; Bronfen Bronfen Brenner, *The Keynesian equations and the balance of payments*, "Review of Economic Studies", 1940; *International transfers and the terms of trade; an extension of Pigou's analysis*, Chicago, 1942; Ohlin, *Equilibrium in international trade*, in "Quarterly Journal of Economics", 1928; Ragnar Nurkse, *Conditions of international monetary equilibrium*, in "American Economic Association Readings", 1950; Haberler, *Some factors affecting the future of international trade and international policy*, New York, 1945.
- (2). — Ch. Rist, *Histoire des doctrines économiques* (6.º edit.), capítulo sobre o movimento de revisão da teoria das trocas internacionais; Aftalion, *L'équilibre des paiements internationaux*, Paris, 1935; Rueff, de Ozen-thau, Siegfried, *Problèmes de politique économique internationale*, Paris, 1949; Oulès, *Le mécanisme des échanges internationaux*, 1936.